

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/ 2010**REGISTRO DE PREÇOS - RP PARA DESENVOLVIMENTO E/OU IMPLEMENTAÇÃO /
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS****1 – INTRODUÇÃO**

1.1 - **O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através do CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, com sede na Av. Nilo Peçanha nº 175/22º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, torna público que, devidamente autorizado pelo seu Ordenador de Despesas, Vice-Presidente, na forma do disposto no processo administrativo nº E-12/660629/2010, que **no dia, hora e local indicados no item 3 deste Edital**, será realizada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16 de setembro de 2002; Decretos Estaduais nºs 41.533, de 04 de novembro de 2008; nº 40.873, de 02 de agosto de 2007; nº 41.135, de 21 de janeiro de 2008; nº 42.216, de 05 de janeiro de 2010, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Estadual nº 3.149 de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1.2 – A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 – As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes o seu atendimento, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 – O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.proderj.rj.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, podendo, alternativamente, ser obtida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel A-4, 75g/m², a apresentação do carimbo do CNPJ, o número de telefone, fax e o endereço eletrônico (e-mail), na Av. Nilo Peçanha nº 175/23º andar (entrada pela Rua da Ajuda nº 5) – Centro – Rio de Janeiro – RJ, de segunda a sexta-feira nos horários de 10:00 às 12:30 horas e de 14:00 às 18:00 horas, até 24 horas antes da data marcada para a realização do certame.

1.5 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço acima citado, de 10:00 às 18:00 horas, ou ainda através do telefax nº (21) 2333-0263 ou e-mail: cdl@proderj.rj.gov.br.

1.5.1 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor demandante do serviço, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 – Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no endereço citado no subitem 1.4, de 10:00 às 18:00 horas, ou ainda, através do telefax nº (21) 2333-0263 ou e-mail: cdl@proderj.rj.gov.br.

1.6.1 – Caberá à autoridade superior do PRODERJ, auxiliado pelo Pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

1.7 – Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota nos sites www.proderj.rj.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame, que não adquiriram o Edital no mencionado Órgão, obrigadas a cessá-los para a obtenção das informações prestadas.

2 – DO OBJETO

2.1 – O objeto do presente Pregão é o Registro de Preços por 12 (doze) meses, de prestação de serviços, sob demanda, de desenvolvimento de sistemas e/ou implementação e manutenção nas linguagens JAVA, PHP, ASP e/ou ASP.NET e/ou C#.NET, COBOL, DELPHI e/ou POWER BUILDER, C++, conforme o Termo de Referência (Anexo 1) e seus Apensos, para posterior atendimento aos Órgãos da Administração Pública Direta e Entidades da Administração Indireta e Fundacional – Órgãos Aderentes, situados no Estado do Rio de Janeiro.

2.2 - As quantidades mencionadas na Proposta de Preços (Anexo 2) referem-se a previsão de contratação dos serviços, por Pontos de Função, a partir do dimensionamento do total do Projeto ou Sistema que estiver sendo desenvolvido ou executado. Essas quantidades não implicam em obrigatoriedade de contratação pela Administração Pública, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

2.3 – O valor do Ponto de Função será especificado para cada linguagem item, sendo que nas situações que forem demandas somente de implementação ou manutenção, será feito um desconto (recorte) no valor do ponto de função da CONTRATADA no percentual de 20% (vinte por cento).

3 – DA ABERTURA

3.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Início de acolhimento das Propostas	21/06/2010	Junho	2010	11:00
Limite de acolhimento das Propostas	02/07/2010	Julho	2010	10:15
Data de abertura das Propostas	02/07/2010	Julho	2010	10:15
Data da realização do Pregão	02/07/2010	Julho	2010	11:00
Processo nº	E-12/660629/2010			
Tipo	Menor Preço			
Prazo para Impugnação	Até 02 (dois) dias úteis			
Data da Publicação	21/06/2010			
Portal	www.licitacoes-e.com.br			
Número da licitação no portal	312590			

3.2 – Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprio de cada Órgão Aderente.

4.2 - VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 49.502.950,00

5 – DO TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 - O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.2 - Os preços unitários máximos aceitáveis para esta contratação são os seguintes:

5.2.1	Desenvolvimento em JAVA	Preço Unitário – R\$ 826,44
5.2.2	Desenvolvimento em PHP	Preço Unitário – R\$ 695,99
5.2.3	Desenvolvimento em ASP e/ou ASP.NET e/ou C#.NET	Preço Unitário – R\$ 722,27
5.2.4	Desenvolvimento em COBOL	Preço Unitário – R\$ 821,74
5.2.5	Desenvolvimento em DELPHI e/ou POWER BUILDER	Preço Unitário – R\$ 719,97
5.2.6	Desenvolvimento em C++	Preço Unitário – R\$ 800,40

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, inscritas ou não no Registro Central de Fornecedores do Estado - RCF, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

6.2 - Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

6.3 – Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

6.4 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5 – O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao Sistema Eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

7 – DO CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao provedor do Sistema na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/2002.

7.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

7.2.1 – O licitante deverá dirigir-se ao provedor do Sistema e solicitar o seu registro, fornecendo todos os documentos que forem por eles solicitados.

7.3 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 - O credenciamento do licitante junto ao provedor do Sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 - Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste Edital, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao Sistema Eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico www.licitacoes-e.com.br, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das Propostas, conforme subitem 3.1 deste Edital.

8.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 - Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.4 - Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, em campo específico a ser integralmente preenchido.

9.1.1 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a Proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 – O formulário de Proposta de Preços (**Anexo 2**), em sua forma impressa, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas a readequação de sua oferta final.

9.1.3 – Os documentos anexados durante a inserção da Proposta no campo “informações adicionais” (folders, prospectos, declarações, etc) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

9.1.4 – As Propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas Propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material (s) constante (s) do objeto desta licitação.

9.2 - A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.3 - O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar Proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ Nº 26/2003 e a Resolução SER Nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER Nº 121/2004 sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.4 - Serão desclassificadas as Propostas que:

9.4.1 - Não atendam aos requisitos deste Edital.

9.4.2 - Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9.5 - A Proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

9.6 – Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.6.1 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da Proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do PRODERJ este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das Propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as suas regras de aceitação.

10.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no Sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

10.5 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserto em campo próprio do Sistema Eletrônico, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo Sistema Eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.8 - Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da Proposta de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - A presente licitação será julgada sob o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2 – O Sistema Eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a redução do valor.

11.3 – Havendo empate no momento do julgamento das Propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a Proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 - Para efeito de verificação das existências de empate, no caso das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, serão consideradas as Propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

11.3.2 - Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o Sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua Proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua a prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 – Caso nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou o subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 - O Sistema gerará Ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

11.6 - Após a homologação do Pregão, será lavrada Ata de Registro de Preços (**Anexo 3**) que depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento com os eventuais contratantes nas condições estabelecidas neste Registro de Preços, que será assinada pelo Ordenador de Despesas do PRODERJ e o licitante vencedor do certame.

11.6.2 - Na Ata de Registro de Preços constarão às condições gerais para contratação dos serviços licitados e na Minuta de Contrato (**Anexo 6**) todos os direitos e obrigações que deverão ser observados e devidamente cumpridos por parte dos Órgãos Aderentes ao RP.

11.7 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor deverá encaminhar os documentos à Comissão de Licitação, para o seguinte endereço: Av. Nilo Peçanha nº 175/23º andar – sala 2302 – Centro - Rio de Janeiro – RJ – CEP 20020-900, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) A documentação de habilitação prevista no item 12.2;

b) A Proposta de Preços - Anexo 2, relativa ao valor arrematado; e

12.2 - Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

12.2.1 - Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.2 - Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com apresentação das seguintes certidões:

c.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

c.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Estadual.

c.3) A Prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Imposto Sobre Serviço (ISS) de qualquer natureza, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Municipal.

d) Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.2.1 - Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

12.2.2.2 – Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

12.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidões Negativas de Falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da Lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1.

b. 1 - $ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > \text{ou} = 1$

b. 2 - $ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > \text{ou} = 1$

b.3 - Os índices contábeis serão calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade mediante assinatura e a indicação de seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

c) Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$ 3.465.206,50 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos).

12.2.4 - Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, para um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade total do somatório de todos os itens, comprovando que o proponente executa ou executou serviços especializados de desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas de informação, utilizando a métrica de Análise de Pontos de Função (IFPUG). A referida aptidão será feita por atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente.

a-1) Será aceito o somatório dos atestados referentes a contratos distintos, desde que dentro de um período máximo de 60 meses, cujos atestados citem o tamanho funcional do contrato/serviço em pontos de função (não será aceito atestado cuja unidade de contratação seja em homem hora).

b) Comprovação, por meio de demonstração da ferramenta, de que a licitante utiliza uma ferramenta integrada para gestão de demandas e projetos, com acesso via Web. A ferramenta deverá atender aos requisitos constantes no item 3 do Termo de Referência **(Anexo 1)**, os quais serão verificados por meio de prova de conceito

c) Comprovação, por meio de demonstração da ferramenta, de que a licitante utiliza uma ferramenta integrada para gestão de ocorrências e bugs, com acesso via Web. A ferramenta deverá atender aos requisitos constantes no item 3 do Termo de Referência **(Anexo 1)**, os quais serão verificados por meio de prova de conceito

d) Comprovação de Certificação CMMI nível 3 ou superior ou MPS/BR Nível C. Essa comprovação deverá ser feita através da apresentação de laudo oficial de avaliação ou declaração emitida pela entidade certificadora.

e) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissionais detentores das certificações abaixo descritas. Essa comprovação deverá ser feita através das correspondentes certificações.

e-1) Certificação PMP – Project Management Professional -, em gerenciamento de projetos conferida pelo PMI – Project Management Institute. Apresentar cópia do certificado.

e-2) Certificação CFPS - Certified Function Point Specialist -, conferido pelo IFPUG. Apresentar cópia do certificado.

e-3) Uma das seguintes certificações Java: Sun Certified Java Programmer (SCJP); Sun Certified Java Developer (SCJD); Sun Certified Web Component Developer (SCWCD); Sun Certified Business Component Developer (SCBCD); Sun Certified Developer for Java Web Services (SCDJWS); Sun Certified Enterprise Architect (SCEA). Apresentar cópia do certificado.

e-4) Certificação PHP Zend Certified Engineer (ZCE).

e-5) Certificação MCSD for Microsoft.NET ou outra certificação oficial Microsoft que descreva experiência em .NET.

e-6) Comprovação, através de certificado de conclusão, de participação em curso IBM Cobol. O certificado deve ser emitido pelo Fabricante ou por centro de treinamento autorizado.

e-7) Comprovação, através de certificado de conclusão, de participação em curso Borland Delphi ou Borland Power Builder. O certificado deve ser emitido pelo Fabricante ou por centro de treinamento autorizado.

f) Declaração da licitante confirmando que possui escritório na cidade do Rio de Janeiro, com no mínimo 40 (quarenta) postos de trabalho completos e indicando o endereço e o telefone de contato. O PRODERJ se reserva o direito de vistoriar as instalações.

g) Comprovação de Vistoria – O Atestado de Vistoria (**Anexo 6**) será entregue a empresa licitante após tomar conhecimento do Método de Desenvolvimento de Sistemas (MDS), na Diretoria de Sistemas de Informação – DSI, localizada na Av. Nilo Peçanha nº 175/24º andar - sala 2401-Centro - RJ.

g-1) A vistoria deverá ocorrer até 01 (um) dia antes da data da licitação, em dia e hora previamente marcados pelos telefones (21) 2333-0331 ou 2333-0333, com um representante da Diretoria de Sistemas de Informação - DSI, nos horários de 10:00 às 12:30 e de 14:00 às 17:00 horas. Devendo ser formalizada em 02 (duas) vias de igual teor, ambas assinadas por representantes da licitante e da DSI, sendo entregue uma delas a licitante para anexar à documentação do certame, permanecendo a outra em poder do PRODERJ.

12.3 - Declaração da licitante (**Anexo 4**) de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.3.1 - As empresas licitantes poderão optar por apresentar a Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

12.4 - Declaração da licitante (**Anexo 5**), na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925 de 18.09.2003, de que preenche em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários de Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- a) De cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- b) De duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- c) De quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- d) Mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

12.4.1 - A empresa com menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, porém deverá, também, apresentar declaração relativa a quantidade existente em seu quadro funcional.

12.4.2 - Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

12.5 - O Certificado de Inscrição no Registro Central de Fornecedores - RCF do Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos itens 12.2.1 e 12.2.2 a) e b).

12.5.1 - A empresa que, no ato licitatório, concorrer com o Certificado de Inscrição no Registro Central de Fornecedores - RCF, com quaisquer documentos constantes do verso com prazos expirados, deverá entregá-los ao Pregoeiro, no mesmo ato, em original ou cópia autenticada, com as novas datas de validade.

12.6 - Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.7 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.8 - Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela Autoridade Superior do PRODERJ na hipótese de existência de recursos.

12.9 - Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13 – DOS RECURSOS

13.1 - O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro, expondo os motivos por meio do Sistema Eletrônico. Na hipótese de ser aceito o recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegura vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

13.2 - As razões e contra-razões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail cdl@proderj.rj.gov.br ou para o fax (21) 2333-0263, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

13.3 - A apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 13.1

13.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 – As razões de recursos serão dirigidos à Comissão de Pregão por intermédio do Pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

14 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

14.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para a assinatura da ATA de Registro de Preços (**Anexo 3**), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

14.2 - Deixando o adjudicatário de assinar a ATA de Registro de Preços no prazo fixado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.3 - Estabelecido o Registro de Preços, através da publicação da Ata do RP, caberá ao Órgão Aderente, oportunamente, celebrar Contrato ou outro instrumento similar com o vencedor, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

15 - DA REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO

15.1 - Durante a sua vigência, o Registro de Preços poderá ser revogado ou suspenso pelo Órgão Gerenciador temporariamente, por período não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, uma única vez ou 45 (quarenta e cinco) dias interpolados, através de Edital, quando for por ela julgado que o beneficiário do registro esteja definitivamente ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Registro de Preços ou pela não observância das normas legais, ou ainda, por interesse público, devidamente justificado, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.2 - O Contratado poderá requerer a suspensão ou o cancelamento do Registro de Preços, mediante requerimento por escrito, sujeito à aprovação do Órgão Gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade temporária ou definitiva, de cumprir as exigências nele contidas.

16 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, através do crédito em conta corrente do Banco ITAÚ, cujo número e a agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Contrato.

16.2 - No caso do Contratado estar estabelecido em localidade que não possua agência do ITAÚ, o pagamento poderá ser efetuado no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, cujo número e a agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Contrato.

16.2.1 - A Contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Contratante, dando entrada pelo Protocolo do mesmo, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no Contrato.

16.3 - O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da efetiva apresentação da fatura, correspondente aos serviços prestados descritos no objeto e TR.

16.3.1 Considera-se adimplemento da obrigação, o cumprimento dos serviços do objeto, sendo a documentação fiscal devidamente atestada por dois servidores que não o Ordenador de Despesas, designados para a fiscalização do Contrato.

16.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE – INPC e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado **pro rata die**, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês **pro rata die**.

16.6 - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE - INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

16.7 - A Contratada, sediada no Estado do Rio de Janeiro, deverá emitir a Nota Fiscal na forma do § 1º, alíneas a, b, c, e d, do art. 2º da Resolução SER Nº 047/2003, mencionada no subitem 9.3 deste Edital.

17 – DAS PENALIDADES

17.1 - Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.1.1 – O licitante que, convocado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu cadastramento do RCF suspenso pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

17.2 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor da Nota de Empenho, ou do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação inicialmente citada.

18 – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

18.1 – Executado o Contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 - Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no Protocolo da repartição interessada.

19 – DOS PRAZOS

19.1 - O prazo de vigência da Ata (**Anexo 3**), será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__, desde que posterior à data de publicação do seu extrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada neste item.

19.1.1 – A Ata de Registro de Preços – RP poderá ser renovada por mais 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa - Decreto nº 42.216, de 05 de janeiro de 2010, desde que satisfeitos os demais requisitos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93.

19.2 - O prazo do Contrato (**Anexo 7**) dos Órgãos Aderentes poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da contratada seja comprovadamente mais vantajosa para o contratante

20 – DA GARANTIA

20.1 – A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o § 1º do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do PRODERJ, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

21.3 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

21.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.5 - Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 - Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- Anexo 1 – Termo de Referência (com XIII Apensos);
- Anexo 2 - Proposta de Preços;
- Anexo 3 – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo 4 – Declaração Quanto ao Trabalho do Menor;
- Anexo 5 - Declaração do Decreto Estadual nº 33.925/2003;
- Anexo 6 – Atestado de Vistoria; e
- Anexo 7 – Minuta de Contrato.

21.6.1 - Os anexos II, IV ao VI poderão ser reproduzidos em meio eletrônico, para o seu preenchimento, observando o layout e o conteúdo dos anexos.

21.7 - A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 - Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior do PRODERJ com o auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

21.9 - O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2010.

ALEXANDRE GITAHY

Vice-Presidente

Ordenador de Despesas / Matrícula 293.647-4